

## **PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO**

### **MESTRADO**

### **GOVERNANÇA AMBIENTAL**

#### **PROFESSORES:**

Dra. Márcia Leuzinger

#### **ÁREA:**

Direito das Relações Internacionais

#### **EMENTA:**

O conceito de governança foi inicialmente apresentado pelo Banco Mundial, com o objetivo de alcançar condições para um Estado eficiente, por meio da participação dos setores público e privado na formulação e articulação de políticas públicas e no processo decisório. Governança ambiental, de forma mais específica, diz respeito a políticas públicas que envolvem a preservação / conservação do ambiente natural, compreendendo o uso sustentável de recursos naturais, com especial enfoque para os recursos da biodiversidade. Sobre esse aspecto, a comunidade científica vem elegendo como a melhor forma de conservação da biodiversidade in situ a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, que incluem as unidades de conservação e demais espécies de espaços ambientais, cujo escopo seja a proteção, integral ou parcial, de seus atributos naturais. Desse modo, a disciplina tem como objetivo discutir governança ambiental, com ênfase nos arranjos internacionais e internos que tenham como finalidade, tendo em vista o princípio do desenvolvimento sustentável, a preservação / conservação dos recursos da biodiversidade, principalmente por meio da instituição de espaços territoriais especialmente protegidos, cuja categoria mais conhecida internacionalmente é a de parques nacionais.

#### **PROGRAMA:**

##### **I – GOVERNANÇA**

- 1.1– conceitos;
- 1.2– atores internacionais não-estatais;
- 1.2.1– organizações não-governamentais (ONG's);
- 1.2.2– definição, formas de atuação e capacidade de influência das ONGs;

##### **II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

- 2.1 – Direito do desenvolvimento e direito internacional ambiental;
- 2.2 – Estruturação do conceito de Desenvolvimento Sustentável;
- 2.3 - Concepções;
- 2.4 – Dimensões;
- 2.5 – Projetos.

##### **III – BIODIVERSIDADE**

- 3.1 – conceito;
- 3.2 – Regime jurídico;
- 3.3 – Perda de biodiversidade e a CDB;
- 3.4 – Estratégias para conservação da diversidade biológica nos planos interno e internacional.

## PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

### IV – ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

- 4.1- Alcance da expressão ETEP;
- 4.2- ETEP: unidades de conservação, espaços de proteção específica e áreas protegidas;
- 4.3 – Unidades de conservação: Lei nº 9.985/00;
- 4.3.1 – Parques nacionais e populações tradicionais residentes;
- 4.3.2 – Uso público nos parques nacionais;
- 4.4 – Parques nacionais na América do Sul e Central;
- 4.5 - Parques nacionais na América do Norte;
- 4.6 – Parques nacionais na Oceania;
- 4.7 - Parques nacionais na Europa;
- 4.8 – Parques nacionais na Ásia;
- 4.9 - Parques nacionais na África.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ROSNEAU, J. Governance in the Twenty-First Century. *Global Governance* 1, 13, 1995.

\_\_\_\_\_. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSNEAU, J.:

CZEMPIEL. Governança sem governo. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

WRI \ IUCN \ PNUMA. Estratégia Global da Biodiversidade: diretrizes de ação para estudar, salvar e usar de maneira sustentável e justa a riqueza biótica da Terra. Curitiba: Fundação O Boticário, 1992.

BENJAMIN, Antônio Herman (org.) Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BRANDON, Katrina; REDFORD, Kent; SANDERSON, Steven. Parks in Peril: people, politics and protected areas. Connecticut: Island Press, 1998.

CAPRILES, René. Congresso mundial de parques: áreas protegidas, reservatórios genéticos.

Disponível em

<[www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./](http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./sn)

sn>. Acesso em 03\07\2011.

COLCHESTER, Marcus. Conservation policy and indigenous peoples. In: *Environment Science & Policy*, vol. 7, Issue 3, June 2004, ps. 145-153.

\_\_\_\_\_. Salvaging nature: indigenous peoples, protected areas and biodiversity conservation. United Nations Research Institute for Social Development, Diane Publishing Co., 1994.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro de. Traditional populations and environment conservation. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro, (coord.). Biodiversity in the Brazilian Amazon: assessment and priority actions for conservation, sustainable use and benefit sharing. São Paulo: Estação Liberdade, ISA, 2004.

## PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. As populações humanas em áreas naturais protegidas da Mata Atlântica. In: RAMOS, Adriana; CAPOBIANCO, João Paulo, (orgs.). Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). Resultado do Seminário Interno com convidados realizado nos dias 25 e 26 de abril de 1996. P. 177-198. Documentos do ISA nº 1. Disponível em <[www.socioambiental.org\\_imagens/pdfs/10100.pdf](http://www.socioambiental.org_imagens/pdfs/10100.pdf)>. Acesso em 02\06\2011.

DORST, Jean. Antes que a natureza morra. São Paulo: Edgar Blucher, 1973.

DOUROJEANNI, Marc J; PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Biodiversidade: a hora decisiva. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.

ELLIOT, Lorraine. The Global politics of the environment. New York: New York University Press, 1988.

ESTY, Daniel; IVANOVA, Maria. Governança ambiental global: opções e oportunidades. Ed. Senac, 2005.

FONSECA, Igor Ferraz da. Entre o discurso e a prática: boa governança e agendas 21 locais na Amazônia. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável / Universidade de Brasília, 2009.

FOX, G.; ROTH, B. (Eds.). Democratic governance and international law. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

IUCN\ UNEP \ WWF. The world conservation strategy: living resource conservation for sustainable development, 1980. Disponível em: <[www.unep.org/GEO/geo3/english/049.htm](http://www.unep.org/GEO/geo3/english/049.htm)> . Acesso em 03\06\2011.

IUCN, The World Conservation Union. Indigenous and traditional peoples and protected areas: principles, guidelines and case studies. (edited and coordinated by Javier Bektrán). IUCN, 2000.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia 322, Brasília, 2002, ps. 3 e 11. Disponível em: <[www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf](http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf)>. Acesso em 12\06\2011.

MERETTI, Cláudio. Conservação e valores: relação entre áreas protegidas e indígenas, possíveis conflitos e soluções. In: RICARDO, Fany, (org.). Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: os desafios das sobreposições. São Paulo: ISA, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Biodiversidade brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, MMA, Brasília: 2002.

RATCLIFFE, Derek. A. Criteria for the selection of nature reserves In: The advancement of science, vol. 27, nº 134, 1971, p. 294-298.

---

## I PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

\_\_\_\_\_. A nature conservation review. The selection of biological sites of national importance to nature conservation in Britain. Vol. 1, Londres: Cambridge University Press, 1977.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. Revista Lua Nova, São Paulo: n. 39, p. 105-123, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.